



ERNEST RENAN

“QUE É UMA NAÇÃO?”

TRADUÇÃO

*Tradução de Samuel Titan Jr. **

NOTA INTRODUTÓRIA

*por Angela Alonso** e Samuel Titan Jr.*

O documento que apresentamos a seguir é o texto de uma conferência pronunciada por Ernest Renan (1823-1892) em 11 de março de 1882, na Sorbonne. O tom confiante e algo pomposo de “Que é uma nação?” permite entrever algo do publicista que, além de estudioso das línguas e povos semíticos (*Histoire du peuple d'Israël*, 1887-1893), biógrafo de Jesus (*Vie de Jésus*, 1863) e historiador do cristianismo (*L'église chrétienne*, 1879), encarava a si e a seus pares acadêmicos como um dos altos foros (ou “individualidades”, como gostava de dizer) da nação francesa. A partir de 1851, Renan é colaborador assíduo na *Revue des deux mondes*, e dois volumes de ensaios contemporâneos merecem destaque: *Questions de morale et de politique* (1868) e *La réforme intellectuelle et morale de la France* (1871), este último parcialmente redigido quando ainda corria a guerra franco-prussiana de 1870/71.

“Que é uma nação?” é um texto marcado pela simultânea lapidaridade e ambigüidade de suas proposições. A recusa das teorias raciais da época, a percepção da vida humana organizada em bases nacionais como um *modo de sociabilidade* específico, que pouco deve à pureza das estirpes étnico-lingüísticas – tudo isso deve

* Mestrando em Teoria Literária na FFLCH-USP.

** Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP e Pesquisadora do CEBRAP.



Que é uma nação?
Ernest Renan

forçosamente despertar o interesse de cientistas sociais contemporâneos, atentos à *construção* das identidades sociais. Desse ponto de vista, é fácil ver Renan como precursor.

Fácil demais, talvez. Pois os mesmos traços que tornam Renan interessante aos nossos olhos são outros tantos índices de suas raízes históricas no pensamento oitocentista. Repare-se que, tendo recusado explicações raciais, lingüísticas, religiosas e geográficas para o fenômeno moderno da Nação-Estado, Renan parece cair numa petição de princípio: a vida nacional deriva de uma vontade de viver como nação. “Possuir as glórias comuns do passado e a vontade comum do presente; ter feito grandes coisas em conjunto, querer fazê-las outras vezes mais – eis aí as condições essenciais para formar um povo.” Mas por que afinal a glória passada e a vontade presente devem tomar o rumo da nacionalidade?

Há que buscar a verdadeira resposta na tradição liberal da primeira metade do século XIX, para quem a Nação-Estado “terminava por ser, na verdade, a unidade ‘natural’ de desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista” (Hobsbawm, *A Era do Capital*). Seu expoente mais barulhento foi certamente o italiano Giuseppe Mazzini, que em 1857 projetara uma Europa composta de 11 grandes nações, “viáveis” do ponto de vista do progresso burguês – um mapa bem diferente daquele que, sob a égide de Woodrow Wilson, surgiria do Tratado de Versalhes (27 nações européias). Algo assim parece estar por trás da noção de “progresso” que Renan vez por outra menciona na conferência de 1882. E todos esses elementos se discernem facilmente em *La réforme intellectuelle et morale*, onde ainda figura um outro (e decisivo) limite da visão renaniana: a idéia de nacionalidade não deve estender-se além das fronteiras européias. Na África e no Oriente, a noção de raça volta a imperar; ouçamo-lo: “A colonização em larga escala é uma necessidade política de primeira ordem. (...) Se as conquistas sobre raças iguais devem ser lamentadas, a regeneração de raças inferiores ou bastardas faz parte da ordem providencial da humanidade. (...) A natureza fez uma raça de trabalhadores, a raça chinesa, de uma habilidade manual maravilho-

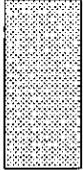


sa e sem quase nenhum sentimento (...). A raça negra é uma raça de lavradores: sejamos bons e humanos para com eles, e tudo estará bem; a raça européia é uma raça de soldados; reduzam essa raça a trabalhar na ergástula como os negros e os chineses, e ela se revoltará” (*La réforme...*).

Ora, boa parte da “agitação” social desde finais do século passado, na Europa como no futuro Terceiro Mundo, tem derivado justamente da radicalização das propostas nacionalistas, seja porque suas palavras de ordem são adotadas por movimentos de forte caráter de classe (na China, na África), seja porque insatisfações tribais ou étnicas vêm-se obrigadas a adotar essa retórica a fim de fazer frente aos Estados imperiais, coloniais ou pós-coloniais (como no caso dos conflitos nos Balcãs e no Cáucaso). Sobre isso, Renan tem pouco a dizer.

Como explicar, então, o sabor “antropológico”, “moderno” de nossa conferência? Talvez a partir de um erro de perspectiva nosso. Vale então perguntar: quais as razões estratégicas, propriamente políticas, do texto de Renan? Sugerimos, e apenas sugerimos, a seguinte resposta: a hipótese “culturalista”, somada à percepção de quão manobráveis as fidelidades e lealdades sociais – em especial o sentimento patriótico –, parecem fornecer a Renan os princípios supremos de uma engenharia social capaz de deter os avanços da democracia e do socialismo. Tudo acabará bem com as bênçãos de um saudável esquecimento, mesmo que improvisado. De fato, no livro de 1871, Renan via o par nacionalismo europeu/expansionismo colonial como a grande saída para a ordem social metropolitana, arrufada pela Comuna de Paris: “Uma nação que não coloniza está irrevogavelmente condenada ao socialismo, à guerra do rico e do pobre. A conquista de um país de raça inferior por uma raça superior, que aí se estabelece para governar, não tem nada de chocante. (...) Entre nós, o homem do povo é quase sempre um nobre desclassificado; sua mão pesada foi feita antes para manejar a espada que a ferramenta servil. Mais que trabalhar, ele prefere combater, voltar a seu estado original. *Regere imperio populos*, eis aí nossa vocação” (*La réforme...*). Programa que a Terceira Repú-

Que é uma nação?
Ernest Renan



Que é uma nação?
Ernest Renan

blica não deixou de cumprir à risca, com a consolidação do domínio francês na África e no Oriente.

Nada disso, é claro, tira o interesse da conferência que se lê em seguida – se é que não o torna maior. Mas a experiência histórica desde 1882 – duas guerras mundiais, travadas grandemente em solo europeu, somadas a mais de um século de manipulações, atrocidades, “erros” e “esquecimentos” históricos com fins bem definidos – desautoriza qualquer leitura embevecida do manifesto nacionalista e “culturalista” do nosso autor.

PARA LER MAIS:

RENAN, Ernest. *Oeuvres complètes*, 10 v. (Paris: Calman-Lévy, 1947-1961)

_____. *Qu'est-ce qu'une nation?* (Paris: Presses Pocket, 1992)

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982)

_____. *A Era dos Impérios, 1875-1914* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988)

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991)

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional* (São Paulo: Ática, 1989)

ERNEST RENAN

“QUE É UMA NAÇÃO?”

Proponho-me analisar com os senhores uma noção que, aparentemente clara, presta-se aos mais perigosos mal-entendidos. As formas da sociedade humana são as mais variadas: grandes aglomerações de homens na China, no Egito ou, antes ainda, na Babilônia; tribos como as dos hebreus e árabes; cidades como Atenas e Esparta; regiões unidas à maneira do Império Carolíngio;

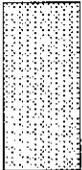


comunidades sem pátria, mantidas por laços religiosos, como acontece com israelitas e parsis; nações como a França, a Inglaterra e a maioria das modernas autonomias européias; confederações como a suíça e a americana; parentescos como os de raça ou antes de língua, estabelecidos entre os diferentes ramos de germânicos ou eslavos – eis aqui alguns modos de agrupamento, todos eles existentes ou registrados, que não poderíamos confundir sem os mais sérios inconvenientes. À época da Revolução Francesa, acreditava-se que as instituições de pequenas cidades independentes, tais como Esparta e Roma, poderiam servir às nossas nações de trinta a quarenta milhões de almas. Hoje em dia, comete-se erro mais grave: confunde-se a raça com a nação, e atribui-se a grupos etnográficos, ou antes lingüísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes. Tratemos de alcançar maior precisão nestas questões difíceis, nas quais a menor confusão inicial sobre o sentido dos termos pode acabar por produzir os erros mais funestos. Faremos algo de delicado, quase uma viviseção: trataremos os vivos tal como em geral se tratam os mortos. Para tanto usaremos da frieza, da imparcialidade mais absoluta.

Que é uma nação?
Ernest Renan

I

Desde o fim do Império Romano ou, melhor dizendo, desde o desmembramento do império de Carlos Magno, a Europa ocidental é dividida em nações, dentre as quais algumas, em certas épocas, procuraram exercer uma hegemonia sobre as outras, sem jamais lográ-lo de maneira duradoura. O que não puderam fazer Carlos V, Luís XIV e Napoleão I, provavelmente ninguém mais fará no futuro. A formação de um novo Império Romano ou de um novo Império Carolíngio tornou-se uma impossibilidade. A divisão da Europa é tão avançada que uma tentativa de dominação universal não deixaria de levar rapidamente a uma coalizão capaz de reconduzir a nação ambiciosa a seus limites naturais. Uma espécie de equilíbrio encontra-se estabelecido por um bom tempo. Ainda por centenas de anos – e por mais aventuras a que se deixem levar – a França, a Inglaterra,



Que é uma nação?
Ernest Renan

a Alemanha e a Rússia serão individualidades históricas, peças essenciais de um tabuleiro; cujas casas variam incessantemente de importância e dimensão, sem entretanto jamais se confundirem.

Entendidas desta maneira, as nações são algo de muito novo na história. A Antiguidade não as conheceu: o Egito, a China, a antiga Caldéia não foram absolutamente nações. Eram rebanhos conduzidos por algum filho do Sol ou dos Céus. Não houve cidadãos egípcios, como não houve cidadãos chineses. A Antiguidade clássica teve repúblicas e monarquias municipais, confederações de repúblicas locais assim como impérios, mas não teve nações no sentido em que as compreendemos. Atenas, Esparta, Sidon, Tiro são pequenos centros de admirável patriotismo, mas são cidades de território relativamente restrito. Antes de sua absorção pelo Império Romano, a Gália, a Espanha e a Itália eram conjuntos de povoações, muitas vezes coligadas, mas sem instituições centrais, sem dinastias. Nem mesmo o Império Assírio, o Império Persa ou o império de Alexandre foram pátrias. Não houve jamais patriotas assírios; o Império Persa era um vasto feudo. Nenhuma nação tem suas origens ligadas à colossal aventura de Alexandre, de resto tão rica de conseqüências para a história geral da civilização.

O Império Romano esteve muito mais perto de ser uma pátria. Como contrapartida pelo enorme benefício do fim das guerras, a dominação romana, de início tão dura, foi logo bem-quista. O Império foi uma grande associação, um sinônimo de ordem, de paz e de civilização. Em seus últimos tempos houve, entre os espíritos elevados, entre os bispos esclarecidos e entre os letrados, um verdadeiro apreço pela paz romana, oposta ao caos ameaçador da bárbarie. Mas um império doze vezes maior que a França atual não teria como formar um estado na acepção moderna do termo. A cisão de Oriente e Ocidente era inevitável. Não tiveram sucesso as tentativas de formar um império gaulês no século III. Foi a invasão germânica que introduziu o princípio que, mais tarde, serviu de base à existência das nacionalidades.

Pois afinal que fizeram os povos germânicos, das grandes invasões às últimas conquistas normandas no século X? Pouco



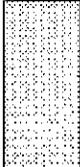
alteraram a composição racial, mas impuseram dinastias e aristocracias militares a regiões mais ou menos consideráveis do Império Romano, que então tomavam o nome de seus invasores. Daí a existência de uma França, de uma Burgúndia, de uma Lombardia e, mais tarde, de uma Normandia. O rápido predomínio que obteve o Império Franco reconstrói por um momento a unidade do Ocidente, mas esse império se fragmenta rapidamente por volta da metade do século IX. O tratado de Verdun¹ traça divisões por princípio imutáveis, e desde então a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália e a Espanha encaminham-se, ainda que por vias tortas e através de mil percalços, à plena existência nacional, tal como a vemos expandir-se hoje em dia.

O que caracteriza, afinal, esses diferentes Estados? A fusão das populações que os compõem. Nesses países que acabamos de enumerar não há nada de análogo ao que se vê na Turquia, onde o turco, o eslavo, o grego, o armênio, o árabe, o sírio e o curdo são tão diferentes entre si quanto o eram nos tempos da conquista. Duas circunstâncias essenciais contribuíram para tanto. Primeiramente, o fato de os povos germânicos terem adotado o cristianismo tão logo tiveram contatos mais permanentes com os povos gregos e latinos. Quando vencedor e vencido são da mesma religião, ou antes, quando o vencedor adota a religião do vencido, não pode mais persistir o sistema turco, isto é, a distinção absoluta dos homens segundo sua religião. A segunda circunstância foi o esquecimento da própria língua por parte dos conquistadores. Os netos de Clóvis, de Alarico, de Gondebaud, de Albuíno e de Rollon² já falavam uma língua românica. Este fato era, por sua vez, consequência de uma outra particularidade importante: os francos, os burgúndios, os godos, os lombardos e os normandos traziam consigo muito poucas mulheres de sua raça. Por muitas gerações, os chefes só se casam com mulheres germânicas; mas suas concubinas são latinas, as amas de seus filhos são latinas, toda a tribo toma esposas latinas – e é assim que, a partir da conquista dos francos e dos godos, a *lingua francica*, a *lingua gothica* não gozam de grande longevidade em terras romanas. Não foi este o caso inglês, pois os invasores anglo-

Que é uma nação?
Ernest Renan

¹ Tratado de Verdun (843): tratado que, após a morte de Carlos Magno, dividiu o império franco entre seus três filhos, Lotário, Luis e Carlos.

² Clóvis I (466-511): rei franco que, ao expandir seus territórios e converter-se ao catolicismo, veio a ser considerado um dos fundadores da França; Alarico: rei visigodo que comandou o saque de Roma em 410 d.C.; Gondebaud: rei burgúndio (final do século V); Albuíno: rei lombardo (meados do século VI); Rollon: chefe normando que, após liderar onda de ataques ao interior francês (a partir de 910), converte-se ao cristianismo e obtém do rei Carlos III os títulos de conde de Rouen e “príncipe dos normandos”.



Que é uma nação?
Ernest Renan

saxões decerto trouxeram consigo muitas mulheres; a população britânica fugiu, e de resto o latim já não era dominante na Grã-Bretanha (se é que alguma vez o foi). Se o gaulês fosse corrente na Gália do século V, Clóvis e os seus não teriam abandonado a língua germânica.

Dai um resultado capital: a despeito da extrema violência dos costumes dos conquistadores germânicos, o molde por eles imposto tornou-se, ao longo dos séculos, o molde da nação. “França” tornou-se mui legitimamente o nome de uma região onde não havia mais que uma imperceptível minoria de francos. No século X, nas primeiras canções de gesta – espelho tão perfeito do espírito do tempo –, todos os habitantes da França são franceses. A idéia de uma diferença de raças na população da França, tão evidente em Gregório de Tours³, não ocorre jamais nos escritores e poetas franceses posteriores a Hugo Capeto⁴. A diferença entre nobre e camponês é tão acentuada quanto possível, mas a diferença entre um e outro não tem nada de étnico: é uma diferença quanto à coragem, aos hábitos e à educação transmitida hereditariamente; mas não ocorre a ninguém a idéia de que a origem de tudo isso seja uma conquista. Quanto à falsa idéia que faz derivar a origem da nobreza de um privilégio conferido pelo rei em recompensa a grandes serviços prestados à nação, de modo que todo nobre é um enobrecido – bem, tal idéia só se estabelece no século XIII. A mesma coisa sucedeu, em linhas gerais, a todas as conquistas normandas. Ao cabo de uma ou duas gerações, os invasores normandos não se distinguem mais do resto da população; mas isso em nada diminuía sua influência: haviam dado ao país conquistado uma camada nobre, hábitos militares e um patriotismo inéditos.

O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representa um perigo para a idéia de nação. De fato, a investigação histórica traz de volta à luz os atos de violência que ocorreram à origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas cujas conseqüências foram as mais benéficas. A unidade se faz sempre por meios brutais: a união da França

³ Gregório de Tours (538?-594): cronista da história francesa até 591, autor da *Gesta Francorum*.

⁴ Hugo Capeto: fundador da terceira dinastia francesa, que reinará em linhagem direta de 987 a 1328.



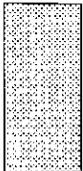
setentrional com a França meridional foi o resultado de um extermínio e de um terror de mais de um século. Os reis da França, que, a meu ver, são o tipo ideal do cristalizador secular; os reis da França, que construíram a mais perfeita unidade nacional que se conheça; os reis da França, vistos de muito perto, perderam todo o seu prestígio: a nação que fundaram amaldiçoou-os a tal ponto que, hoje em dia, tão-somente os espíritos cultivados sabem o quanto valiam e o quanto fizeram.

Essas leis da história da Europa ocidental tornam-se mais perceptíveis em contraste com outras. Muitos países fracassaram na empresa que o rei da França, em parte por tirania, em parte por sua justiça, tão admiravelmente levou a bom termo. Sob a coroa de Santo Estevão, os magiares e os eslavos continuaram a ser tão diferentes quanto há oitocentos anos. Longe de fundir os diversos elementos de seus domínios, a casa Habsburgo conservou-os distintos e freqüentemente opostos entre si. Na Boêmia, o elemento tcheco e o elemento alemão sobrepõem-se como água e óleo num copo. A política turca de separação das nacionalidades segundo a religião teve conseqüências bem mais graves: causou a ruína do Oriente. Tome-se uma cidade como Tessalônica ou Esmirna, e encontrar-se-ão cinco ou seis comunidades, cada qual com sua própria memória e quase nada em comum. Ora, a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifal ou visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu⁵ e os massacres do sul no século XIII. Não há na França dez famílias que possam fornecer provas de ascendência franca, e mesmo essas provas seriam essencialmente insuficientes, em vista das mil uniões desconhecidas que põem a perder todos os sistemas de genealogia.

A nação moderna é, portanto, um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes. Por vezes, a unidade foi construída por uma dinastia, como no caso da França; ou então pela vontade direta das províncias, como na Holanda, na Suíça e na Bélgica; ou finalmente por um espírito geral que tardiamente vence

Que é uma nação?
Ernest Renan

⁵ Noite de S. Bartolomeu: noite de 24 de agosto de 1572, quando foi massacrada a nobreza huguenote reunida em Paris para as bodas de Henrique de Navarra.



Que é uma nação?
Ernest Renan

⁶ Em 1859-61, 1866 (Veneza) e 1870 (Roma).

⁷ Ao longo do século XIX, o Império Otomano viu nascer quatro nações em suas possessões balcânicas: Grécia, Romênia, Sérvia e Bulgária.

os caprichos feudais, como na Alemanha e na Itália. Há sempre uma profunda razão norteando essas formações; os princípios em questão vêm à luz por meio das mais inesperadas surpresas. Em nossos dias, vimos a Itália unificada⁶ por suas derrotas e a Turquia⁷ demolida por suas vitórias. Cada nova derrota fazia avançar as questões italianas, enquanto cada vitória levava a Turquia à perdição — pois a Itália é uma nação, e a Turquia, fora da Ásia Menor, não o é. É parte da glória da França haver proclamado na Revolução que uma nação não subsiste por si só. Não há mal em que nos imitem. Já fizemos nosso o princípio da nacionalidade. Mas que é afinal uma nação? Por que a Holanda é uma nação, enquanto que Hannover ou o Grão-Ducado de Parma não o são? Como a França pode persistir como nação, quando o princípio que a gerou já desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões e três ou quatro raças, é uma nação, enquanto, por exemplo, a Toscana tão homogênea não o é? Por que a Áustria é um Estado e não uma nação? Em que o princípio da nacionalidade difere do princípio da raça? Eis aqui os pontos sobre os quais um espírito reflexivo deve se fixar para chegar a um acordo consigo mesmo. Os negócios da vida real não se regulam por esta espécie de raciocínio, mas homens aplicados desejam sempre pôr alguma ordem nessas questões e desfazer as confusões em que se emaranham os espíritos superficiais.

II

A se dar ouvidos a certos políticos, uma nação é antes de tudo uma dinastia, fruto de uma antiga conquista que a massa do povo de início aceita e finalmente esquece. Segundo os políticos de que estou falando, o agrupamento de províncias que uma dinastia promove com suas guerras, casamentos e tratados não dura mais que a dinastia em questão. De fato, a maioria das nações modernas foi obra de alguma família de origens feudais, que contraiu matrimônio com a terra e que de alguma maneira se tornou um nó de centralização. Os limites da França em 1789 não tinham nada de natural ou de necessário. A vasta zona que os Capetos acrescentaram à área do

tratado de Verdun foi uma aquisição meramente pessoal dessa dinastia. À época das anexações, não se fazia idéia do que pudessem ser “limites naturais”, “direito das nações” ou “vontade das províncias”. A união da Inglaterra, da Irlanda e da Escócia foi igualmente um feito dinástico. A Itália só tardou tanto a ser uma nação porque, em nosso século, nenhuma dentre suas numerosas famílias reinantes logrou tornar-se o centro da unidade. Coisa estranha é que a Itália tenha emprestado à obscura ilha da Sardenha, terra quase não-italiana, uma casa real⁸. A Holanda, que criou a si mesma por um ato de vontade heróica, contraiu laços de matrimônio íntimo com a casa de Orange⁹ – e correria graves perigos se essa união fosse ameaçada.

Mas uma tal lei é absoluta? Certamente não. A Suíça e os Estados Unidos, que se formaram por uniões sucessivas, não têm uma tal base dinástica. Não discutirei a questão com respeito à França – seria necessário possuir a chave do futuro. Digamos apenas que a grande realeza francesa foi tão altamente nacional que, após sua queda, a nação pôde se manter sem ela. De resto, o século XVIII mudara tudo: depois de séculos de sujeição, o homem retornara ao espírito antigo, ao auto-respeito e à noção de direitos próprios. Os termos “pátria” e “cidadão” haviam recuperado seu sentido. Foi assim que se pôde consumir a operação mais ousada jamais praticada na história, operação que corresponderia, em fisiologia, à tentativa de fazer voltar à sua identidade primeira um corpo despojado de cérebro e de coração.

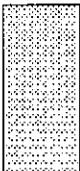
É portanto necessário admitir que uma nação pode existir sem o princípio dinástico, e mesmo que nações formadas por dinastias podem separar-se delas sem por isso deixarem de existir. Não se pode mais manter um princípio que só leva em conta o direito dos príncipes; mais além do direito monástico, há o direito nacional. Sobre qual critério fundar este direito nacional? Por qual característica reconhecê-lo? De qual fato tangível derivá-lo?

1. “Da raça”, respondem muitos sem sombra de dúvida. Caducaram as divisões artificiais resultantes do feudalismo, os

Que é uma nação?
Ernest Renan

⁸ A casa de Sabóia devia seu título real à possessão da Sardenha.

⁹ A casa de Nassau-Orange repetidas vezes ocupou o cargo de *Stadhouder* nos Países Baixos, até se tornar (e até hoje permanecer) a casa reinante hereditária.



Que é uma nação?
Ernest Renan

matrimônios principescos, os acordos dos diplomatas. O que permanece firme e fixo é a raça das populações locais. Eis aí o que constitui um direito, uma legitimidade. Segundo esta teoria, a família germânica, por exemplo, tem o direito de reaver seus membros dispersos, mesmo que estes não anseiem reunir-se. O direito germânico sobre uma certa província é mais forte que o direito dos habitantes locais sobre si mesmos. Cria-se assim uma espécie de direito primordial análogo ao direito divino dos reis: os princípios da nação substituídos pelos da etnia. Este é um grande erro que, caso se tornasse dominante, poria a perder a civilização européia. O princípio das nações é justo na mesma medida em que o direito primordial das raças é estreito e danoso ao verdadeiro progresso.

Reconhecemos que, na tribo e na cidade antigas, o fator da raça tinha importância de primeira ordem. A tribo e a cidade antigas não eram mais que uma extensão da família. Em Esparta como em Atenas todos os cidadãos eram parentes em grau mais ou menos afastado. O mesmo acontecia entre os “filhos de Israel”, e assim é ainda hoje nas tribos árabes. Transportemo-nos de Atenas, de Esparta e da tribo israelita para o Império Romano. A situação é inteiramente diferente. Formada inicialmente pela violência e depois mantida pelo interesse, essa grande aglomeração de cidades e províncias absolutamente diferentes desfere à idéia de raça o golpe mais grave. O cristianismo, com seu caráter universal e absoluto, trabalha no mesmo sentido com eficácia ainda maior. Ele contrai com o Império Romano uma aliança íntima e, como efeito desses dois incomparáveis agentes de unificação, o raciocínio étnico será por séculos afastado da condução das coisas humanas.

Apesar das aparências, a invasão bárbara foi um passo além nessa via. As linhas divisórias dos reinos bárbaros não têm nada de étnico: são determinadas pela força ou pelo capricho dos invasores. A raça das populações que eles subordinavam era-lhes a coisa mais indiferente do mundo. Carlos Magno refez à sua maneira o que Roma já fizera: um império único, formado das raças as mais diversas; os responsáveis pelo tratado de Verdun, traçando



imperturbavelmente suas duas linhas do norte ao sul, não se importaram em nada com a raça dos povos que ficavam à direita ou à esquerda. Os movimentos de fronteiras que tiveram lugar na Idade Média foram igualmente livres de qualquer viés étnico. Se a política seguida pela dinastia dos Capetos conseguiu progressivamente reunir sob o nome de França os territórios da Gália antiga, isso não foi absolutamente efeito de uma tendência dessas regiões a se agruparem às suas congêneres. O Dauphiné, a Bresse, a Provença e o Franco-Condado não se recordavam mais de uma origem comum. Toda e qualquer consciência gaulesa perecera desde o século II de nossa era, e só por via da erudição pudemos, já nos tempos modernos, reconstruir a individualidade do caráter gaulês.

A consideração étnica não foi de qualquer importância na constituição das nações modernas. A França é celta, ibérica, germânica. A Alemanha é germânica, celta e eslava. A Itália é o país mais etnicamente embaralhado: gauleses, etruscos, pelasgos e gregos, sem falar de outros elementos, cruzam-se ali numa mistura indecifrável. As ilhas britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue celta e germânico em proporções especialmente difíceis de definir.

A verdade é que não há raças puras e que basear a política sobre a análise étnica é baseá-la sobre uma quimera. Os países mais nobres – a Inglaterra, a França, a Itália – são aqueles em que o sangue é mais misturado. A Alemanha seria uma exceção desse ponto de vista? Que ilusão! Todo o sul alemão foi gaulês. Todo o leste, a partir do Elba, é eslavo. E as partes que se pretendem realmente puras – elas de fato o são? Tocamos aqui num dos problemas sobre os quais é mais importante formular idéias claras e prevenir mal-entendidos.

As discussões sobre raça são intermináveis porque o termo é tomado pelos historiadores-filólogos e pelos antropólogos-fisiólogos em dois sentidos inteiramente diferentes. Para os antropólogos, a raça tem o mesmo sentido que em zoologia: ela indica uma descendência efetiva, um parentesco de sangue. Ora, o estudo das línguas e da história não conduz às mesmas divisões que a

Que é uma nação?
Ernest Renan



Que é uma nação?

Ernest Renan

¹⁰ Braquicéfalos e dolicocefalos: de crânio arredondado e alongado, respectivamente.

¹¹ Turaniano: denominação obsoleta (e de caráter também etnológico), dada às populações centro-asiáticas do grupo lingüístico uralo-altaico.

¹² Hengist: líder semi-mitológico dos primeiros saxões no sudeste da Inglaterra; Guilherme, o Conquistador (1028?-1087): duque da Normandia, liderou a conquista da Inglaterra saxã em 1066, tornando-se o primeiro rei normando na ilha.

¹³ Filipe-Augusto: rei francês (1180-1223) que ampliou os territórios da coroa ao longo das guerras contra a Inglaterra; foi o último rei francês a ser eleito: daí em diante vigoraria a sucessão hereditária.

fisiologia. No grupo humano que criou as línguas e a disciplina arianas já havia braquicéfalos e dolicocefalos¹⁰. E o mesmo vale para o grupo primitivo que criou as línguas e as instituições ditas semíticas. Em outras palavras, as origens zoológicas da humanidade são enormemente anteriores às origens da cultura, da civilização e da linguagem. Os grupos arianos, semíticos e turanianos¹¹ primitivos não tinham qualquer unidade fisiológica. Esses agrupamentos são fatos históricos que tiveram lugar numa certa época, digamos que há quinze ou vinte mil anos, ao passo que a origem zoológica da humanidade perde-se em trevas incalculáveis. Isso a que filológica e historicamente chamamos de raça germânica é certamente uma família bem distinta dentro da espécie humana. Mas trata-se de uma família no sentido antropológico? Certamente não. O surgimento da individualidade germânica na história não se dá senão poucos séculos depois de Jesus Cristo. Ao que tudo indica, os germânicos não brotaram do solo nessa época. Antes disso, fundidos aos eslavos na grande massa indistinta dos citas, não possuíam uma individualidade distintiva. Os ingleses, por sua vez, formam um tipo bem reconhecível no conjunto da humanidade. Ora, o tipo a que chamamos muito impropriamente de raça anglo-saxônica não é nem o bretão dos tempos de César, nem o anglo-saxão de Hengist, nem o normando de Guilherme, o Conquistador¹²: é o resultado de tudo isso. Os franceses não são nem gauleses, nem francos, nem burgúndios: são o que resultou do grande cadinho onde, sob a direção dos reis da França, fermentaram juntos os elementos mais diversos. Um habitante de Jersey ou de Guernesey não difere em nada, no que diz respeito às origens, da população normanda do litoral vizinho. No século XI, o olhar mais penetrante não teria notado a mais ligeira diferença entre as duas margens do canal. Tão-somente circunstâncias insignificantes fizeram com que Filipe-Augusto¹³ não ocupasse essas ilhas junto com o resto da Normandia. Separadas há quase setecentos anos, as duas populações tornaram-se não apenas estranhas uma à outra, mas inteiramente dessemelhantes. A raça, tal como nós, historiadores, a entendemos, é algo que se faz e se desfaz. O estudo da raça é capital para o



estudioso que se ocupa da história da humanidade – mas não tem aplicação em política. A consciência instintiva que presidiu ao desenho do mapa da Europa não levou em conta a raça, e as grandes nações da Europa são nações de sangue essencialmente mesclado.

O fator racial, decisivo na origem, vai assim perdendo gradualmente importância. A história humana difere essencialmente da zoologia. A raça não responde por tudo, como acontece entre roedores e felídeos, e não se tem o direito de andar pelo mundo afora a apalpar o crânio das pessoas e a dizer-lhes: “És do nosso sangue: tu nos pertences!” Para além das características antropológicas, estão a razão, a justiça, o verdadeiro e o belo, que são os mesmos para todos. Reparem que essa política étnica não tem nada de seguro: hoje nós a empregamos contra os outros; logo a veremos voltar-se contra nós mesmos. E os alemães, que ergueram tão alto a bandeira da etnografia – que certeza podem ter de que não virão os eslavos por sua vez a analisar os nomes de cidades da Saxônia e da Lusácia, a procurar traços dos Wiltzes e dos Obotritas¹⁴, e finalmente a pedir contas pelos massacres e vendas em massa que os imperadores otonianos¹⁵ promoveram entre seus antepassados? Para todos é vantajoso saber esquecer.

Aprecio a etnografia: é uma ciência de raro interesse; mas como a quero livre de ingerências, prefiro-a sem aplicação política. Em etnografia, como nos outros estudos, os sistemas mudam – é esta a condição de seu progresso. Os limites dos Estados teriam que seguir as flutuações da ciência. O patriotismo dependeria de uma dissertação acadêmica mais ou menos paradoxal. Haveria que dizer ao patriota: “O senhor estava enganado ao querer derramar seu sangue por tal causa: o senhor se acreditava celta, mas não, o senhor é germânico.” Dez anos mais tarde, vPiriam dizer-lhe que é na verdade eslavo. Se não quisermos desnaturar a ciência, dispensemola de dar uma opinião sobre esses problemas em que tantos interesses estão em jogo. Estejam os senhores seguros de que, se a encarregássemos de fornecer pareceres à diplomacia, muito amiúde a surpreenderíamos em flagrante delito de servilismo. Não lhe exigamos mais que a verdade.

Que é uma nação?
Ernest Renan

¹⁴ Wiltzes e Obotritas: tribos eslavas.

¹⁵ Dinastia do Sacro Império Romano-Germânico, fundada por Otto I em meados do século X.



Que é uma nação?
Ernest Renan

2. Devemos estender às linguagens o que dissemos das raças. A língua convida à reunião, mas não a torna forçosa. Os Estados Unidos e a Inglaterra, a América hispânica e a Espanha falam a mesma língua, e entretanto não formam uma nação única. No caso contrário, na Suíça, de tão bela formação (já que derivada do consenso de suas diversas partes), contam-se três ou quatro línguas. Há no homem algo de superior à língua: sua vontade. A vontade da Suíça de permanecer unida, a despeito da variedade de seus idiomas, é um fato bem mais importante que uma semelhança obtida muitas vezes à força de humilhações.

Constitui fato honroso para a França que ela jamais tenha procurado obter a unidade lingüística através de medidas coercivas. Não é possível ter os mesmos sentimentos e pensamentos ou amar as mesmas coisas em línguas diferentes? Há pouco falávamos do inconveniente que haveria em fazer a política internacional depender da etnografia. O mesmo aconteceria se a fizéssemos depender da filologia comparada. Deixemos a esse interessante ramo de estudos inteira liberdade de discussão; não o envolvamos com algo que lhe roubaria a serenidade. Só atribuímos tanta importância política às línguas porque as tomamos por características raciais. Nada de mais falso. A Prússia, onde se fala exclusivamente o alemão, falava línguas eslavas há poucos séculos; o País de Gales fala inglês; a Gália e a Espanha falam o idioma primitivo de Alba Longa¹⁶; o Egito fala árabe – os exemplos são inumeráveis. Mesmo nas origens, o parentesco lingüístico não era sinal de parentesco racial. Tomemos a tribo proto-ariana ou proto-semítica: havia nelas escravos que falavam a mesma língua que seus mestres e que entretanto pertenciam a uma raça diferente. Repitamo-lo: as divisões entre línguas indo-européias, semíticas e outras mais, formuladas com admirável sagacidade pela filologia comparada, não coincidem com as divisões da antropologia. As línguas são formações históricas que indicam pouco sobre o sangue dos que as falam e que, em todo caso, não poderiam agrilhoar a liberdade humana de escolher a família com a qual deseja unir-se para a vida e para a morte.

¹⁶ Alba Longa: cidade supostamente fundada por Ascânio, filho de Enéas, no sopé dos montes Albanos (Lácio), e destruída pelos romanos por volta de 600 d.C.; dela proviria a estirpe de Rômulo, Remo e (a crer nele próprio) Júlio César.

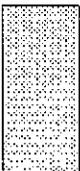


Essa atenção voltada exclusivamente à língua tem, como no caso da atenção exagerada à raça, seus perigos e inconvenientes. Quem se excede nessa direção é levado a se enclausurar, a se restringir a uma cultura supostamente nacional; enfurnando-se nos conventículos de compatriotas, perde o ar fresco que se respira no vasto campo da humanidade. Nada de mais danoso ao espírito, nada de mais deplorável para a civilização. Não abandonemos o princípio fundamental de que o homem é um ser racional e moral antes de ficar confinado a tal ou qual língua, antes de ser membro desta ou daquela raça, um participante desta ou daquela cultura. Antes da cultura francesa, antes da cultura alemã, da cultura italiana, há a cultura humana. Vejam-se os grandes homens do Renascimento: não eram nem franceses, nem italianos, nem alemães. Haviam redescoberto, por seu convívio com a Antiguidade, o segredo da verdadeira educação do espírito humano, e a ela se devotavam de corpo e espírito. E como fizeram bem!

Que é uma nação?
Ernest Renan

3. Tampouco a religião seria capaz de oferecer uma base suficiente à nacionalidade moderna. Originalmente, a religião estava ligada estreitamente à própria existência do grupo social. O grupo social era uma extensão da família; a religião e seus ritos eram ritos de família. A religião de Atenas era o culto da própria cidade, de seus fundadores míticos, de suas leis e costumes. Ela não implicava nenhuma teologia dogmática. Essa religião era, em toda a força do termo, uma religião de Estado. Quem se recusasse a praticá-la não era ateniense. No fundo, tratava-se do culto da acrópole personificada: prestar juramento sobre o altar de Aglaura¹⁷ significava jurar morrer pela pátria. Essa religião era o equivalente do que é para nós o sorteio para o serviço militar ou o culto à bandeira. Recusar-se a tomar parte num tal culto seria algo como recusar-se a prestar o serviço militar em nossas sociedades modernas. Significava declarar-se não-ateniense. Por outro lado, é claro que um tal culto não fazia sentido para quem não fosse ateniense, de modo que não se exercia proselitismo algum para forçar os estrangeiros a aceitá-lo; e os escravos não o praticavam. O mesmo acontecia em

¹⁷ Aglaura: uma das filhas de Cérops, primeiro rei (mitológico) de Atenas; por se ter deixado sacrificar em prol da pátria, mereceu um altar na face norte da Acrópole.



Que é uma nação?
Ernest Renan

algumas pequenas repúblicas durante a Idade Média. Não era bom veneziano quem não jurasse em nome de São Marcos, como não era bom cidadão de Amalfi quem não pusesse Santo André acima de todos os santos do paraíso. Nessas pequenas sociedades, o que mais tarde será perseguição e tirania era tido por tão perfeitamente legítimo e inofensivo como, entre nós, o hábito de desejar feliz aniversário ou fazer votos de bom ano novo a um chefe de família.

O que valia para Esparta e Atenas já não ocorre mais nos reinos originados pelas conquistas de Alexandre, e sobretudo não é o caso no Império Romano. As perseguições de Antíoco Epifânio¹⁸ para levar o Oriente ao culto de Júpiter Olímpio ou as perseguições romanas em nome de uma suposta religião de Estado foram um erro, um crime, um verdadeiro absurdo. Em nossos dias, a situação é inteiramente clara. Não há mais uma massa uniforme de fiéis. Cada qual crê e pratica à sua maneira, como puder e como quiser. Não há mais religião de Estado: é possível ser francês, inglês, alemão e ao mesmo tempo católico, protestante, israelita ou ateu. A religião tornou-se questão pessoal, que diz respeito à consciência de cada um. Já não existe a divisão entre nações católicas e protestantes. A religião, que há cinquenta anos era um elemento tão considerável na formação da Bélgica, conserva toda sua importância no foro interior de cada indivíduo, mas quase já não determina mais as razões que traçam os limites entre os povos.

¹⁸ Antíoco Epifânio: rei macedônio (175-164 AC) da dinastia selêucida, que governou vastas porções do Oriente Médio entre os séculos IV e I AC.

¹⁹ *Zollverein*: literalmente, “União Aduaneira”, estabelecida entre os estados alemães (excluído o Império Habsburgo) em 1834.

4. A comunidade de interesses é certamente uma forte liame entre os homens. Mas os interesses serão suficientes para formar uma nação? Não o creio. A comunidade de interesses faz os tratados de comércio. Na nacionalidade há um lado sentimental: ela é ao mesmo tempo a alma e o corpo. Um *Zollverein*¹⁹ não é uma pátria.

5. A geografia – as assim chamadas fronteiras naturais – decerto tem parte na divisão das nações. A geografia é um dos fatores essenciais da história. Os rios conduziram as raças, as montanhas as detiveram. As primeiras favoreceram, as segundas



Que é uma nação?
Ernest Renan

limitaram os movimentos históricos. Mas podemos por isso dizer, como querem alguns, que os limites de uma dada nação estão escritos no mapa, que essa nação pode portanto apossar-se do que for necessário para arredondar certos contornos, a fim de atingir tal ou qual montanha ou rio a que atribui uma faculdade delimitadora *a priori*? Não conheço doutrina mais arbitrária ou mais funesta: com ela justificam-se todas as violências. E, de resto, são as montanhas ou são os rios que formam as fronteiras naturais? É incontestável que as montanhas separam; mas os rios antes reúnem que separam. Além disso, nem todas as montanhas separam Estados entre si. Quais então as que separam e quais as que não separam? De Biarritz a Tornea não há nenhuma embocadura de rio de caráter especialmente limítrofe. Se a história o tivesse desejado, o Loire, o Sena, o Meuse, o Elba e o Oder teriam, à maneira do Reno, esse caráter de fronteira natural, capaz de cometer tantas infrações contra o direito fundamental, que é a vontade dos homens. Fala-se de razões estratégicas. Nada é absoluto, e é claro que um bom número de concessões deve ser feito à necessidade. Mas não há porque ir longe demais com as concessões.

De outro modo, todo mundo reclamará em nome de suas conveniências militares, e teremos a guerra sem fim. Não, a terra, tal como a raça, não faz a nação. A terra fornece o substrato, o campo para a luta e para o trabalho; o homem fornece a alma. O homem é tudo na formação dessa coisa sagrada a que damos o nome de povo. Nada de material é suficiente aqui. Uma nação é um princípio espiritual, uma resultante de complicações profundas da história, uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo.

Acabamos de ver o que não basta para criar um tal princípio espiritual: a raça, a língua, os interesses, a afinidade religiosa, a geografia, as necessidades militares. O que então será necessário? Depois do que já disse, não precisarei reter por muito mais tempo a atenção dos senhores.

III

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas – que, a bem dizer, não são mais que uma – constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma está no passado, a outra, no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra. O homem, meus senhores, não improvisa. A nação, como o indivíduo, é a culminação de um grande passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, de grandes homens e de glória (estou falando de glória autêntica) – eis aí o capital social sobre o qual repousa uma idéia nacional. Possuir as glórias comuns do passado e a vontade comum do presente; ter feito grandes coisas em conjunto, querer fazê-las outras vezes mais – eis aí as condições essenciais para formar um povo. Amaremos assim os sacrifícios consentidos e os males sofridos. Amaremos a casa que construímos e que podemos legar aos pósteros. O canto espartano – “Somos o que vós fostes; seremos o que sois” – é, em sua simplicidade, o breve hino de qualquer pátria.

No passado, uma herança de glória e pesares a compartilhar; no futuro, um mesmo programa a realizar. Sofrimentos, alegrias e esperanças comuns – eis aí o que vale mais que aduanas unificadas e fronteiras estrategicamente traçadas, eis aí o que todos compreendem apesar das diferenças de raça e de língua. Eu falava há pouco de “sofrimentos comuns” – sim, o sofrimento em comum une mais que a alegria. Em matéria de lembranças nacionais, os lutos valem mais que os triunfos, pois impõem deveres e obrigam ao esforço em comum.

Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a

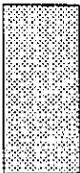


Que é uma nação?
Ernest Renan

vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida. Oh! bem sei que isto é menos metafísico que o direito divino, menos brutal que o direito supostamente histórico. Na ordem de idéias que exponho, uma nação não tem mais direito que um rei de dizer a uma província: “Tu me pertences, eu te tomo.” Uma província, para nós, são seus habitantes; se alguém aqui tem o direito de ser consultado, este alguém é o habitante local. Uma nação não pode jamais ter interesse algum em anexar ou ocupar uma região contra sua vontade. A vontade das nações é definitivamente o único critério legítimo, o único a que devemos sempre retornar.

Expulsamos da política as abstrações metafísicas e teológicas. Feito isso, o que resta? Resta o homem, com seus desejos e necessidades. Os senhores me dirão que a secessão e, a longo prazo, o esfacelamento das nações serão as conseqüências de um sistema que põe esses velhos organismos à mercê de vontades muitas vezes pouco esclarecidas. É claro que em tal espécie de assunto nenhum princípio deve ser levado ao extremo. As verdades dessa ordem só são aplicáveis em conjunto e de modo muito geral. As vontades humanas mudam; mas o que não muda sobre a terra? As nações não são algo de eterno. Tiveram um começo, terão um fim. A confederação européia provavelmente virá substituí-las. Mas esta não é a lei do século em que vivemos. No momento presente, a existência de nações é boa e mesmo necessária. Sua existência é a garantia daquela liberdade que se perderia num mundo que tivesse uma lei e um mestre apenas.

Por meio de suas faculdades diversas e freqüentemente opostas, as nações servem à obra comum da civilização; todas contribuem uma nota ao grande concerto da humanidade que, em suma, é a mais alta realidade ideal que conseguimos conceber. Vistas isoladamente, todas têm seus pontos fracos. Volta e meia digo a mim mesmo que um indivíduo que tivesse todos aqueles defeitos que as nações veneram como glórias, que se nutrisse de vanglória, que fosse ciumento, egoísta e rixento, que não pudesse



Que é uma nação?
Ernest Renan

suportar nada sem partir para a briga, seria o mais insuportável dos homens. Mas todas essas dissonâncias de detalhe desaparecem no conjunto. Pobre humanidade! Quanto sofreste! Quantas provações te aguardam ainda! Que o espírito de sabedoria possa guiar-te e preservar-te dos inumeráveis perigos de que está semeado teu caminho!

Passo a resumir, senhores. O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas. Um grande agrupamento de homens, de espírito sadio e coração ardoroso, cria uma consciência moral que se chama de nação. Enquanto puder provar sua força através dos sacrifícios que exigem a abdicação dos indivíduos em prol de uma comunidade, essa consciência moral será legítima, terá o direito de existir. Se surgem dúvidas quanto a fronteiras, consultem-se as populações envolvidas – elas tem bem o direito de ter uma voz na questão. Eis aqui algo próprio a fazer sorrir os transcendentais da política, os infalíveis que passam a vida a se enganar e que, do alto de seus princípios superiores, vêm com piedade nosso terra-à-terra. “Consultar as populações, que ingenuidade! Lá vêm essas pobres idéias francesas que pretendem substituir a diplomacia e a guerra por instrumentos de simplicidade infantil!” Esperemos, senhores; deixemos passar o reinado dos transcendentais; saibamos suportar o desdém dos poderosos. Talvez algum dia, depois de muitas tentativas infrutíferas, volte-se a considerar nossas modestas soluções empíricas. Por vezes, para se ter razão no futuro, há que saber ser antiquado.